



COORDENAÇÃO GERAL

Elson Moura Dias Junior (DSAU)
Gean Claudio de Souza Santana (DTEC)
Acácia Batista Dias (DCHF) (suplente)

SECRETARIA GERAL

João Diógenes Ferreira dos Santos (DCHF)
Cleide Mércia S. S. Pereira (DCBIO)
Francisco José Bezerra Souto (DCBIO) (suplente)

SECRETARIA DE FINANÇAS

Reinalda Souza Oliveira (DEXA)
Álvaro Santos Alvez (DFIS)
José Carlos Barreto de Santana (DEXA) (suplente)

CONSELHO FISCAL

Geraldo Ferreira de Lima (DLA)
Wânia Silveira da Rocha (DTEC)
Sarah Patrícia de Oliveira Rios (DTEC)
Ana Karen de Oliveira Souza (DSAU) (suplente)
Jacqueline Nunes Araújo (DEDU) (suplente)
Andreia Beatriz Silva dos Santos (DSAU) (suplente)

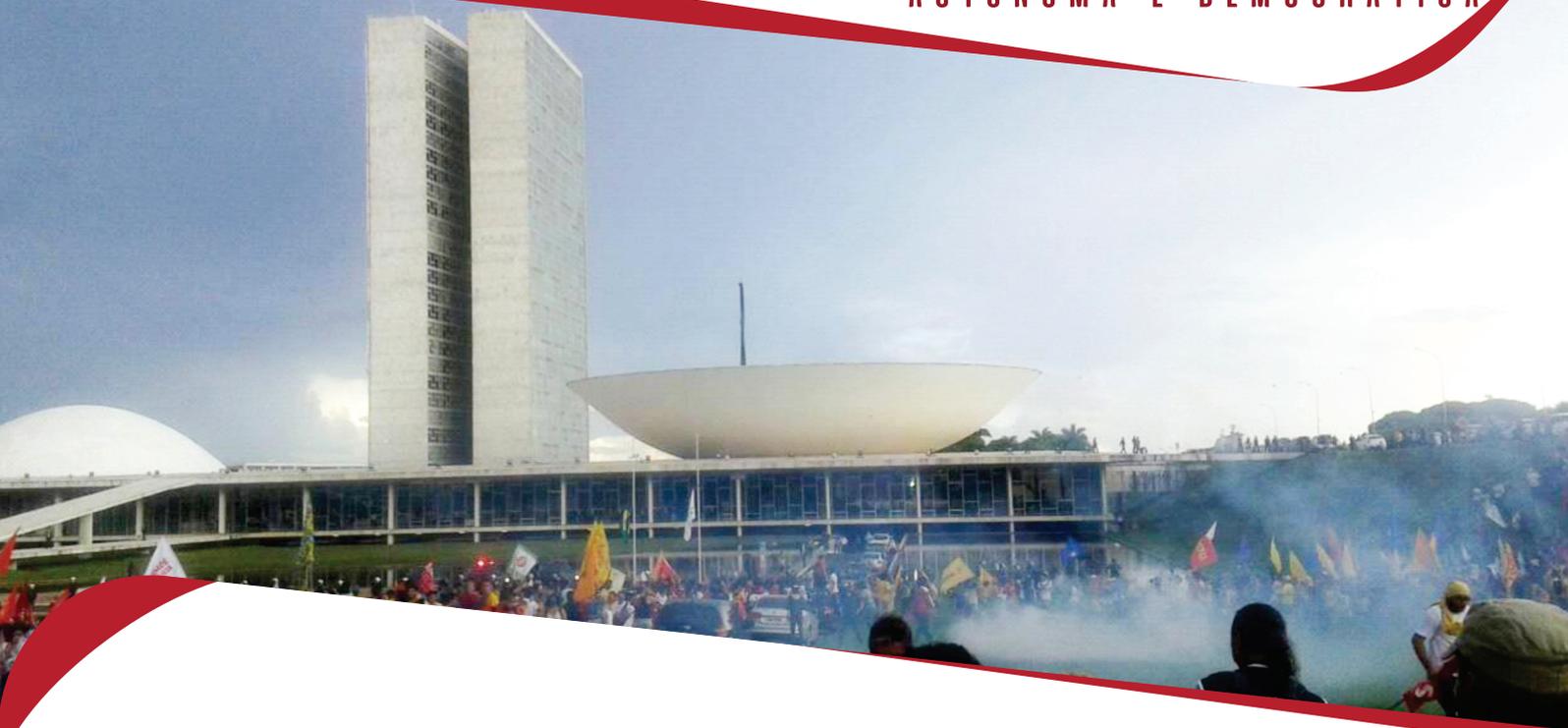
CHAPA 1: ADUFS AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

PROPOSTA DE GESTÃO 2021-2023

Somos professores e professoras da Universidade Estadual de Feira de Santana, trabalhadores e trabalhadoras da educação, empenhados e empenhadas em dedicar parte importante do seu tempo para a defesa intransigente da universidade pública (gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciada), como parte da luta em defesa da coisa pública, dos direitos trabalhistas, sociais e humanos.

Enfrentamos uma conjuntura de crise econômico-sanitária, o que pressupõe, de um lado, a constatação de uma crise tipicamente capitalista, potencializada pela pandemia de Covid 19, de outro lado, o seu agravamento mediante as consequências das opções dos gestores e gestoras do Estado capitalista, em especial do Governo Bolsonaro, e sua agenda de ataques à classe trabalhadora. Disso resulta mais de 2 milhões de mortes no mundo, mais de 265 mil mortes no Brasil, com a infeliz perspectiva de crescimento ainda mais assustadora nas próximas semanas.





Compondo essa agenda temos, no plano nacional, uma perspectiva crescente de precarização do serviço público, criminalização violenta da pobreza, degradação do meio ambiente, perseguição à universidade autônoma, ataques e ameaças às lideranças políticas comunitárias, desqualificação da ciência, fortalecimento da violência estatal e paraestatal, numa fascistização crescente da vida nacional.

Na Bahia onde, em tese, o governo do Estado (Rui Costa - PT) tem condição de governabilidade diferente do que teve o Partido em âmbito nacional (quarto mandato seguido, aprovado com quase 80% dos votos e com maioria na Assembleia Legislativa) não temos um contraponto à política nacional no que diz respeito ao tratamento funcionalismo público e, em especial, à universidade pública. As políticas de austeridade bancadas nacionalmente foram, infelizmente, antecedidas por diversas medidas locais, incluindo ocasiões de protagonismo na retirada de direitos, como foi o caso da Reforma da Previdência.

Isso se evidencia de forma inequívoca no processo de corrosão salarial desde 2015, nos cortes orçamentários impostos às universidades estaduais, nos direitos trabalhistas não reconhecidos, nas tentativas de ataque ao Estatuto do Magistério Público do Estado da Bahia, pouco interesse de estabelecer diálogo e, finalmente, nas comunicações públicas difamatórias aos professores, as professoras e à universidade.

Estes ataques certamente não foram ainda maiores em função da capacidade de articulação dos e das docentes por meio da ADUFS e das outras Associações Docentes (ADs), materializada em uma disposição permanente de negociação, de manifestação, de comunicação com a sociedade e com demais agentes, e por meio da greve perpetrada em 2018, que permitiu a abertura de uma nova mesa de negociação com o Governo do Estado, em diversas ocasiões adiada.

Internamente também vários são os desafios, haja vista a aprovação do ensino remoto, em virtude da real necessidade do isolamento social por conta da pandemia, que além de intensificar a precarização das condições de trabalho dos e das docentes, inclui desembolsos adicionais para realizar as suas atividades acadêmicas. Nesse contexto, vivencia-se um cotidiano com tripla e quádrupla jornada de trabalho das e dos docentes promovendo um avanço do trabalho profissional sobre o trabalho doméstico.

A resistência dos professores e das professoras, nesse cenário, ocorre nos âmbitos possíveis. A abertura franca de um espaço de negociação com o Governo Estadual só ganha efetividade quando a categoria se mostra unida e capaz de atuar conjuntamente.



CHAPA 1: ADUFS AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

Precisamos, enfim, fazer parte de uma agenda coletiva de resistência. Para compor essa luta, é que a Chapa ADUFS–Autônoma e Democrática – se inscreve.

Ao mesmo tempo, é cada vez mais premente a necessidade de uma atuação articulada, envolvendo diversos outros setores (docentes, discentes, sociedade civil, servidores e servidoras estaduais), que sinalizem que a luta dos professores e das professoras é, acima de tudo, uma luta pela universidade pública, pela educação, pela ciência e por um país justo e igualitário.

PAUTA GERAL

SALÁRIO, DIREITOS TRABALHISTAS E UNIVERSIDADES ESTADUAIS

- Organizar a luta em prol da pauta de reivindicação protocolada junto ao Governo do Estado: a) orçamento; b) reposição salarial dos últimos anos; c) direitos trabalhistas (mudança de regime de trabalho, promoções, progressões, insalubridade etc.);
- Apoiar os sindicalizados e as sindicalizadas juridicamente em ações individuais e coletivas, na defesa dos seus direitos trabalhistas;
 - Fortalecer unidade interna entre ADUFS, SINTEST e DCE, como forma necessária de defesa da UEFS e no enfrentamento coletivo ao Governo do Estado;
 - Contribuir com o fortalecimento do Fórum das ADs e o Fórum das 12, frente aos ataques do Governo às UEBA;
 - Retomar as discussões com o conjunto dos servidores e das servidoras público-estaduais sobre a reposição inflacionária.

PAUTA INTERNA E PARTICIPAÇÃO SINDICAL

- Fazer o acompanhamento das condições de trabalho dos e das docentes, em especial nesse período de atividades remotas;
 - Organizar um plano de comunicação voltado para os e as docentes (ativos/ativas e aposentados/aposentadas), discentes, servidores e servidoras técnico-administrativas;
- Consolidar canais de diálogo e estratégias de aproximação com a categoria, tendo em vista o aumento de sua participação no Movimento Docente;
 - Organizar eleição dos e das representantes nos Conselhos da Universidade, como fortalecimento da democracia interna;
 - Continuar acompanhando o processo do Estatuto da UEFS.
- Promover atividades culturais valorizando, especialmente, os e as artistas locais;
 - Discutir com a categoria a necessidade e viabilidade de construção da sede própria da ADUFS.

- Contribuir com o fortalecimento do ANDES–SN, a Central Sindical Popular Conlutas;
 - Fortalecer e ampliar a ADUFS–BA e o ANDES–SN como espaços democráticos de discussão e centralização da luta dos professores e das professoras;
 - Lutar, em conjunto com a classe trabalhadora, pela imunização coletiva (#vacinaja) e defesa do SUS, dos demais serviços e direitos públicos, pela educação pública, contra a criminalização de quem luta, contra qualquer gestão que se inscreva para administrar os negócios do capital e seu Estado em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras;
 - Consolidar e ampliar os Grupos de Trabalho (GTs) do ANDES–SN em nossa Seção Sindical: Carreira; Formação Sindical; Política Educacional; Política de Classe para questões etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual; Saúde, Seguridade Social e Aposentadoria; Política Agrária; Urbana e Ambiental;
 - Promover debates e o enfrentamento de temas importantes (política de ciência e tecnologia, EAD, orçamento, assédio moral e sexual, LGBTfobia, machismo, racismo, fundações e agências de fomento à pesquisa FAPESB, CAPES, CNPq etc. –, questão ambiental, conjuntura, carreira docente, saúde do trabalhador, segurança a no campus, Reformas Administrativa, Tributária, etc.);
 - Apoiar e participar da construção das lutas dos movimentos sindicais, populares e sociais de Feira de Santana e região.